

Tratados da intolerância no Brasil. Do racismo tradicional ao racismo moderno (1822-1922)

Maria Luiza Tucci Carneiro

Historiadora, professora Livre Docente do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Autora dos livros *Preconceito Racial em Portugal e Brasil Colônia*, 3.^a ed. São Paulo, Perspectiva, 2005; *O Anti-semitismo na Era Vargas*, 3.^a ed. São Paulo, Perspectiva, 2003. Coordenadora do LEER - Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação, da Universidade de São Paulo. leer@usp.br

I - A gênese no pensamento racista no Brasil

O racismo no Brasil deve ser concebido como um fenômeno psicológico-cultural e analisado a partir das relações de *interação/conflito* entre os diferentes grupos étnicos e nacionais. Daí a preocupação em investigarmos as raízes desse fenômeno sob o viés da persistência dos mitos políticos e da dicotomia “tradicional” *versus* “moderno”. Ao detectarmos os momentos de ruptura – de crise aguda em que os valores têm de ser (re)ordenados – temos condições de avaliar o racismo diante de uma conscientização mais ampla, questionadora das estruturas mentais constituídas pelas visões de mundo herdadas de um passado colonial. O legado de Portugal e Espanha deve aqui ser considerado tendo em vista a questão da limpeza do sangue e a dicotomia “raças puras” e “raças infectas”.¹

Para compreendermos como e por que razão se processam tais mudanças mentais, devemos estar atentos às “permanências” e “ambigüidades” do discurso intolerante no Brasil. Analisando os estudos ou os debates sustentados por intelectuais brasileiros entre 1822 e 1922, constatamos que suas idéias tinham como referência a produção científica em voga na Europa e, mais especificamente, a partir da segunda metade do século XIX. As publicações racistas editadas no mundo europeu tiveram ampla repercussão no Brasil servindo de paradigma para aqueles que buscavam soluções para os problemas do país. Como recorte temporal, optamos por concentrar nossa análise entre 1822 e 1922, período que permeia o processo de independência do Brasil, seguido do debate sobre a entrada do imigrante ideal para substituir o trabalhador negro.

Constatamos que em determinados etapas do processo de metamorfose do trabalho escravo para o trabalho livre, o racismo expressou-se de forma quase residual e aparentemente desarticulado, diluindo-se ao nível da cultura popular e da doutrina católica. Em outros momentos – no caso em plena República – atingiu seu ápice ao ser concebido enquanto instrumento do poder político. Ao buscar por uma imagem de nação moderna, o Estado republicano contrariou seus princípios de igualdade e fraternidade, abrindo espaço para a proliferação de um projeto étnico-político intolerante.

Para compreendermos a gênese das manifestações do racismo moderno no Brasil devemos levar em consideração as formas de pensamento que dominavam a Europa, durante o século XIX e que, a partir de múltiplos fundamentos, tentavam explicar a origem do homem. Basicamente podemos nos referir a duas correntes distintas que, através das obras de seus

¹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito Racial em Portugal e Brasil Colônia*. 3.^a ed. São Paulo, Perspectiva, 2004.

principais teóricos, interferiram na configuração de uma mentalidade racista no Brasil: a *monogenista* ou *criacionismo* e a *poligenista*. A primeira dominou do século XVI ao século XIX e, a partir dos dogmas da Igreja Católica, atribuía a origem do universo e do homem ao ato criador de Deus. À este segmento de orientação humanista e de tradição monogenista ficaram ligados os estudos etnológicos demarcados por áreas de atuação distintas daquelas seguidas pela antropologia entendida como um ramo das ciências naturais. Dentre os defensores da origem una da humanidade estavam Quatrefage e Agassiz que, como tantos outros, também se valiam dos novos postulados evolucionistas.

A corrente *poligenista* contestava o dogma monogeista da Igreja católica. Propunha a existência de vários centros de criação com base nas diferenças raciais apontadas pelas ciências biológicas. Para melhor compreendermos a visão *poligenista*, que representa aqui uma ruptura de pensamento, devemos avaliar o século XIX como um momento histórico especial, caracterizado por grandes transformações que marcaram o mundo da técnica, da cultura, das ciências biológicas e naturais. O pensamento poligenista colocou fim à idéia de igualdade questionando a tese do “bom selvagem”, perspectiva filosófica vinculada à tradição humanista de Rousseau. Segundo Tzvetan Todorov *não podemos ignorar as origens ideológicas do fascismo no anti-humanismo do século XIX* (na França, o racismo de Gobineau, Renan e Vacher de Lapouge ²).

Sob o impulso do liberalismo, rompeu-se no século XIX, o velho sistema colonial, levando as colônias americanas a se libertarem de suas metrópoles. As mesmas idéias liberais fomentaram o debate sobre a escravidão e o direito que todos os indivíduos têm de serem reconhecidos e tratados como iguais perante a lei e a justiça. Essa universalização dos direitos de cidadania possibilitou aos diversos grupos minoritários, como os judeus, por exemplo, de se integrarem à sociedade ocidental.

O homem europeu – preocupado com a cultura e o saber – buscou o aprimoramento científico e a divulgação dos conhecimentos, sobretudo na área da Biologia, da Sociologia e da Antropologia. O recente e rápido desenvolvimento dessas ciências já começava a dar frutos significativos incentivadas pelo aparecimento de novos modelos de interpretação da capacidade humana como, por exemplo, a *frenologia* e a *antropometria* que levavam em consideração o tamanho e a proporção dos cérebros dos diferentes povos. A correlação entre corpo e espírito passou a subsidiar estudos deterministas que resultaram em novas concepções sobre o processo

² TODOROV, Tzvetan, *Nós e os Outros: A Reflexão Francesa Sobre a Diversidade Humana*. Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 95.

degenerativo das raças humanas dentre os quais cabe citar Cesare Lombroso que, no campo da antropologia criminal, sustentava a tese de que a criminalidade era um fenômeno físico e hereditário.

Através do estudo de povos africanos e asiáticos, cientistas europeus procuraram entender e explicar as diferenças culturais, questionando o outro, o múltiplo, o exótico. Neste contexto, a fotografia se prestava como prova de evidência por seu *status de verdade* servindo aos interesses de uma elite branca, privilegiada por tradição. No entanto, esse progresso científico teve seu lado negativo, não sendo suficiente para levar o homem branco a aceitar a idéia de diversidade racial e cultural e a conviver com ela. Ao contrário, os conhecimentos científicos ajudaram a reforçar o imperialismo e o etnocentrismo dos europeus. Caindo numa espécie de desvio anticientífico, o século XIX produziu teorias racistas, incentivando atitudes intolerantes e movimentos racionalistas que discriminavam certos grupos étnicos como representantes de raças inferiores. Tais idéias passaram a circular tanto na Europa como nas Américas através de uma literatura específica, consumida também no Brasil.

Experimentos científicos com cérebros de humanos e símios, realizados em meados do século XIX, deram origem a uma série de tratados sobre as diferenças raciais. Os africanos foram apontados como seres biologicamente inferiores. Dentre os principais teóricos defensores da idéia da “diferença” temos Arthur de Gobineau (1816-1882), Gustave Le Bon (1841-1931), E. Renan (1823-1892) e Hyppolite Taine (1828-1893). O racismo moderno, que Todorov denomina de “culturalismo”, tem suas raízes nos escritos de Renan, Taine e Le Bon, quando o conceito de raça física foi substituída pela raça linguística, histórica e psicológica.

Um grande impulso à essas teorias foi dado pelo estudo de Arthur de Gobineau (1816-1882), *Essai sur L'Inégalité des Races Humaines* (1853), partidário do determinismo racial absoluto. Meio século mais tarde, esse livro se tornaria uma das obras básicas para a fundamentação das teorias racistas européias e, principalmente do arianismo. Gobineau além de compartilhar dos pressupostos darwinistas sociais introduziu a noção de degeneração da raça, entendida como o resultado da mistura de espécies humanas diferentes. Com base nestes parâmetros contrários à tese monogeista e evolucionista social, Gobineau classificava a raça semita como inferior à ariana, símbolo do europeu puro.

A ideia de que o judeu é semita e, como tal, uma raça estrangeira e inferior, tornou-se princípio básico para a construção de argumentos antissemitas. A miscigenação era apontada sempre como um dano, daí a necessidade de perpetuação dos “puros”, tipos em condição de alcançar o estágio da civilização. Modelos deterministas como estes tiveram grande aceitação

entre os intelectuais brasileiros do século XIX que, segundo a historiadora Lilia Schwarcz, combinavam as interpretações do darwinismo social às perspectivas evolucionista e monogeista. Inclusive, para muitos, era possível pensar na viabilidade de uma nação mestiça³. Entre 1869 e 1870, o Conde de Gobineau esteve no Brasil e manteve intensa amizade com o imperador D. Pedro II, com quem discutia questões referentes à abolição da escravidão e à política da imigração. Curiosamente, previu para menos de duzentos anos o desaparecimento dos habitantes brasileiros, condenados pelo crescente processo de miscigenação.

As idéias de Gobineau foram retomadas e divulgadas por Houston Chamberlain (1855-1927), um dos maiores teóricos do pensamento racista do século XX e fervoroso defensor da superioridade germânica. Na Alemanha, especialmente, surgiram muitas obras com o objetivo de provar que os judeus pertenciam a uma raça realmente inferior, tomando como critério elementos linguísticos e raciais.

Renan, como partidário do racismo cientificista, considerava a humanidade subdividida em três raças: branca, amarela e negra, sendo as duas últimas qualificadas de “não perfectíveis”, sinônimo de inferioridade. Estas ao se misturarem com a raça superior (branca) “envenenavam a espécie humana” que, ao seu ver, já estava toda comprometida. Radical em sua posição poligenista condenava a miscigenação contrapondo-se ao ideal humanista da unidade e ao próprio darwinismo. Opondo-se à Gobineau, Renan considerava a raça pura como uma ilusão sendo a Inglaterra, a França e a Itália os países onde o sangue se apresentava mais misturado. A civilização, ao seu ver, era o melhor indicador de nossa superioridade no mundo, estando acima do determinismo biológico e material ou seja: “raça não é tudo”. Em seus estudos *La Société Berbère* (1873, t. II, p. 571) e *Histoire du Peuple d'Israel* (1887-1891, t. VI, p. 32) valoriza o papel da língua, da literatura, da religião, das leis, da história e da civilização, que, muito mais que o sangue, compunham a raça. Ao examinar o conceito de raça, Renan a distingue com duplo sentido: física e cultural, sendo a língua o elemento diferenciador. Ao se deter na raça semítica e ariana classifica-as como raças linguísticas fundamentando-se na filologia e não na fisiologia. Portanto, judaísmo é uma questão de religião, não de raça.

Como autor de *Lois Psychologiques de l'Évolution des Peuples* (1894), Le Bon fundamenta-se no relativismo cognitivo para justificar sua recusa ao ideal igualitário. Suas idéias proliferaram através da tradução de suas obras em uma dezena de idiomas. Le Bon, assim como Renan,

³ SCHWARCZ, Lilia M., *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 65.

diferenciava as raças em quatro graus distintos: *primitivas* (indígenas, em estado vizinho da animalidade com tendências ao desaparecimento), *inferiores* (negros, não perfectíveis, com inferioridade cerebral, condenados a jamais sair da barbárie), *média* (chineses, japoneses, mongóis e povos semíticos, também inferiores) e *superiores* (indo-europeus, brancos e civilizados). Identificavam as mulheres e os negros como perigosos para a denegação das raças, indícios comprovados pela cranologia. Sua grande inovação refere-se ao conceito de “raça histórica”, também adotado por Taine.

Taine acreditava que havia um certo equilíbrio entre o inato (raça) e o adquirido (meio) que, somando-se ao momento histórico (fase de evolução interna do homem), determinavam o comportamento humano. Autor de *Dernies essais de critique et d'histoire* (1894), Taine considerava o conhecimento como essencial para se chegar à moral, patamar necessário para se alcançar a verdade. Foi responsável pela ampliação do termo raça que, a partir de suas concepções tornou-se mais abrangente equivalendo ao conceito de nação, temos conceito discutidos em *Philosophie de l'Art Dans Les Pays-Bas* (1868) e *Histoire de la Littérature Anglaise* (1864). Em várias passagens usa a noção de “raça” como sinônimo de “nacionalidades”, onde as características físicas importam menos que a “cultura”. Enfim, o meio age sobre os homens da mesma forma que a história que “faz a raça”.

De acordo com as conveniências do momento, o conhecimento científico foi sendo vulgarizado com o objetivo de facilitar sua compreensão pelo grande público. Pseudocientistas apropriaram-se dos avanços das ciências biológicas, colocando-os a serviço de interesses imperialistas e de uma burguesia em ascensão. Ao vulgarizar as teorias e informações complexas decorrentes de prolongadas pesquisas, faziam a ponte entre o discurso científico e o popular. Dessa forma, interferiam no imaginário social, gerando ou reforçando estereótipos e atitudes discriminatórias. Assim, entre 1860 e 1890 o conceito de *evolução* se popularizou, dando origem a novas teorias, entre as quais cabe lembrar o *darwinismo social*, o *evolucionismo*, o *arianismo* e a *eugenia*, cujos princípios influenciaram muitos intelectuais brasileiros.

Em oposição aos etnólogos sociais e à noção humanista havia o grupo dos deterministas divididos em duas escolas de maior influência: a escola *determinista geográfica* que defendia a tese de que o desenvolvimento cultural de uma nação estava condicionado ao meio e a *escola determinista racial* ou *darwinista social*, que se apoiava nas teorias raciais para justificar que a miscigenação era negativa. Os teóricos do *darwinismo social* inspiraram-se nos conceitos desenvolvidos por Charles Darwin (1809-1882) em sua obra *A Origem das Espécies*, de 1859, que defendia a tese da evolução das espécies biológicas com base na sobrevivência dos mais capazes. No entanto, esses pensadores adaptaram e até distorceram tais idéias com o objetivo

de interpretar o comportamento das sociedades humanas. Alguns consideravam a seleção social como um processo negativo, no qual os tipos “inferiores” seriam favorecidos e acabariam colaborando para uma progressiva degeneração física, mental e moral da humanidade, destinada, por isso mesmo, ao desaparecimento. Entre os principais defensores dessa teoria, encontram-se Ludwig Gumplowicz, G. Bagehot, G. Ratzenhofer, H. Harckel e George Vacher Lapouge. Este último, aliás, tinha uma visão pessimista sobre o Brasil, referindo-se ao país como *uma imensa nação negra em regressão para a barbárie*.

Este modelo determinista interferiu para a configuração de uma política social que, na prática, se prestava para justificar a eliminação das raças consideradas como inferiores. A idéia de que através de uma intervenção programada e sistemática poderia-se interferir na reprodução das populações, deu origem ao movimento eugenista, responsável pela introdução de novas políticas sociais. O primeiro texto neste sentido – *Hereditary Genius* – foi publicado em 1869 pelo britânico Francis Galton, conhecido pela descoberta das impressões digitais além de ter criado o termo *eugenia* (*eu*=boa; *genesis*= geração). A Eugenia, enquanto pretensa ciência, defendia a necessidade de o Estado formular um plano com o objetivo de selecionar jovens *aptos* a procriarem os *mais capazes*. Propunha a escolha de uma boa raça (a mais pura) ou do bom nascimento, chegando ao extremo de defender a esterilização de doentes, criminosos, judeus e ciganos. A eugenia incentivou experiências desse tipo no Terceiro Reich que, entre 1930-1940, elaborou um plano de purificação racial, marca do Holocausto que culminou com a morte de mais de 6 milhões de judeus.

O *evolucionismo social* propunha a interpretação do desenvolvimento sociocultural do homem com base no conceito de evolução. Afirmava a existência de uma espécie humana única que se desenvolve em ritmos desiguais e com diferentes formas de organização (estágios de civilização), variando das mais simples à mais complexas. O ponto máximo do progresso humano teria sido atingido pela cultura ocidental; as demais culturas seriam menos evoluídas, primitivas. Várias áreas do conhecimento, como a psicologia, história, linguística, pedagogia e literatura através dos conceitos desenvolvidos pelos darwinistas sociais (competição, seleção, hereditariedade) passaram a justificar uma hierarquia no desenvolvimento humano. Dentre os principais nomes cumpre citar H. Magnus, Franz Bopp, Buckle e o inglês Hebert Spencer (1820-1903), este responsável pela forma mais radical do evolucionismo sociológico. Introduziu a expressão *sobrevivência do mais apto* e popularizou, entre 1860 e 1890, o termo *evolução*.

A antropologia cultural, por sua vez, tinha a cultura como objeto de interesse a partir de uma abordagem comparativa e evolucionista. Privilegiando os conceitos de civilização e progresso, os evolucionistas sociais previam estágios únicos e obrigatórios que por sua vez, reconstruíram

a noção de humanidade una. Dois importantes filósofos evolucionistas foram Thomas H. Husley (1825-1895) e Ernst Haeckel (1834-1919). Porém, a formulação mais elaborada do evolucionismo social encontra-se na obra de Lewis Henry Morgan (1818-1881), que distingue três estágios de evolução da humanidade: selvageria, barbárie e civilização.

A idéia de Brasil mestiço

O clima de impasse político e social vivenciado pelo Brasil no final do século XIX, colocou em cena uma elite de intelectuais que, provenientes de diferentes seguimentos da sociedade, buscavam um modelo passível de ser aplicado à nova situação vivenciada pelo país. Respaldados por reconhecidas instituições científicas localizadas nas regiões nordeste e sudeste do país, estes intelectuais procuravam formular diagnósticos prevendo o início de uma nova era.

A partir de 1870, identificamos uma série de obras cujos autores estavam influenciados pelas novas teorias de pensamento em voga na Europa e nos Estados Unidos como o Positivismo, o Evolucionismo Social, o Naturalismo e o Social-Darwinismo. Ao lado de um discurso liberal em voga neste final de século, emergiam novas formas de interpretação da realidade nacional, dentre as quais, as de cunho racial. Alguns intelectuais – mais radicais que outros – levavam em consideração o passado colonial brasileiro (escravocrata e monárquico), o crescente processo de urbanização; outros insistiam na necessidade de experimentarmos trabalhadores estrangeiros em substituição a mão-de-obra escrava. A idéia de que formávamos um Brasil mestiço em transição – mesclado por múltiplas raças – transformou-se em elemento explicativo para o atraso da nação comprometida com a presença maciça de negros.

Como homens da ciência e da política, cada qual à sua maneira, a elite intelectual brasileira procurava absorver as teorias estrangeiras de forma a oferecer uma solução para os problemas nacionais. Se por um lado este espírito cientificista aguçou a mentalidade racista dos políticos, intelectuais românticos e bacharéis ilustrados brasileiros; por outro lado trouxe benefícios para a inteligência brasileira preocupada com a realidade dos problemas do país. Valendo-se dos modelos utilizados pelas ciências naturais para classificar as espécies da flora e fauna, estes cientistas propunham escalas de valores para as raças humanas divididas em superiores e inferiores. Para estes evolucionistas sociais, o processo de degeneração racial prestava-se para explicar os limites impostos à uma nação híbrida, mestiça.

Muitos destes intelectuais cientificistas atuavam em importantes instituições brasileiras, como os museus etnográficos, institutos de históricos, faculdades de Direito e de Medicina, que lhes ofereciam o respaldo necessário para explicar o *Brasil real* e propor um *Brasil ideal*⁴. Ficou conhecido o grupo que formava o corpo docente da Escola de Recife identificada como “*escola haeckeliana*”, influenciada que estava pelo pensamento do alemão Ernest Heinrich Haeckel (1834-1919) cuja obra *História da Criação Natural* havia sido traduzida para o francês (1874), polonês (1871), dinamarquês (1872), russo (1873), sérvio (1875), inglês (1876), holandês, espanhol (1878) e português (1910). Apesar de pouco lido nos círculos europeus, Haeckel alcançou grande sucesso no Brasil onde suas idéias circularam como se fosse uma cartilha de aplicação das idéias de Darwin⁵. No Brasil, a edição de maior circulação no século XIX foi em língua francesa, trazendo para o debate as idéias sobre a criação do homem, instigando uma postura anticlerical (apesar que Haeckel e Charles Darwin, consideravam que a doutrina, sendo diferente da do Antigo Testamento, não era necessariamente anti-religiosa⁶).

Com base nestas “leis de evolução”, proliferaram no Brasil a *ontogenia* (evolução dos indivíduos organizados) e a *filogenia* (evolução paleontológica dos organismos), estudos que fascinaram os escritores brasileiros⁷. A geração de jovens intelectuais que marcaram a Escola de Recife, tinham no monismo de Haeckel e no evolucionismo de Spencer, o ponto de concentração de seus interesses pelas novidades científicas em voga na Europa. Clóvis Bevilacqua em sua *História da Faculdade de Direito de Recife* lembra que entre 1873-1882, faziam sucesso entre os acadêmicos daquela escola, as doutrinas positivistas, do ramo heretodoxo de Littré, Spencer, Taine, Buechner, Letourneau e Lefèvre⁸. Ao mesmo tempo a antropologia criminal, conciliando-se ao discurso determinista, ditou parâmetros para a configuração do perfil dos “homens do direito” que passaram a interpretar a criminalidade com base nas teorias de Garófalo, Ferri e Lombroso, modelos que persistiram até o final dos anos 20 deste século.

Na Bahia, por exemplo, a Escola Nina Rodrigues*, destacou-se com seus pesquisadores que tiveram importante atuação contribuindo para a construção do saber médico ampliado para as demais escolas médicas brasileiras. Após 1890, a medicina legal valorizou a figura do perito dedicado a explicar a criminalidade e a loucura com base em conhecimentos científicos e,

⁴ Idem.

⁵ Ibidem, p. 254.

⁶ Hackel, ao lado de Noiré, é considerado como um dos divulgadores do monismo, teoria que aplicava a tese da evolução única de Darwin a todos os fenômenos naturais incluindo o homem, fauna e flora.

⁷ Wilson Martins. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, Cultrix; Edusp, 1977-1978, Vol. III, p. 457.

⁸ Idem, pp. 393, 440.

por outro lado, transformou o médico moderno numa espécie de cientista social. Uma série de estudos foram desenvolvidos por Raimundo Nina Rodrigues *(1862-1906) dentre os quais *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil e O Problema da Raça Negra na América Portuguesa*, sendo o primeiro expressivo os diagnósticos “sociais” decorrentes do cruzamento de discursos diferenciados, o do direito penal com o discurso médico. No caso específico da Bahia, onde a presença do negro se faz de maneira marcante, a mestiçagem era explicada como uma forma de degeneração sendo responsabilizada pelo alto índice de criminalidade e loucura.

A somatória das idéias que permearam o debate sobre a diferença produziu um pensamento tipicamente brasileiro que tinha suas raízes no evolucionismo e o social-darwinismo. A persistência desse espírito positivo-evolucionista, voltado para a crítica ao racionalismo abstrato e às especulações metafísicas, propiciou a divulgação de todo e qualquer conhecimento apresentado como científico.

D. Pedro II – considerado como o grande mecenas da ciência no Brasil do século XIX – apegado aos modismos intelectuais, encarregou-se de fazer a ponte entre os grandes centros europeus e o Brasil que queria ser identificado com a modernidade. Nesta mesma época, a literatura prestava-se como veículo de divulgação dos modelos científicos deterministas. Muitos dos personagens heróicos dos romances naturalistas de grande popularidade na época, apelavam para expressões deterministas de Charles Darwin e Herbert Spencer.

No campo da ciência surgiram estudos pioneiros, ecléticos e polêmicos que tinham como suporte os modelos evolucionistas e social-darwinistas. Desacreditadas na Europa, essas teorias raciais – que chegavam com certo atraso no Brasil – acabaram servindo de respaldo às elites conservadoras. Este grupo, a medida do possível, procurava espelhar-se nas grandes civilizações européias garantindo, no exterior, a divulgação da imagem de um Brasil moderno, progressista e civilizado. No entanto, por tratar-se de um “país de raças miscigenadas”, nem sempre atendia aos parâmetros ditados pelos mestres da Europa. Esses intelectuais/cientistas concentravam-se em duas alas distintas sendo estas representativas das elites agrárias e das classes médias urbanas.

Uma série de rearranjos teóricos foram efetuados de forma a encontrar uma solução para a nação brasileira comprometida pela mestiçagem. Uma larga e contínua produção intelectual – e que pode ser rastreada de 1870 até 1950 – nos comprova que a recriação de modelos teóricos raciais acabou por oferecer respostas alternativas para a construção da idéia do nacional a partir do incentivo aos estudos etnográficos e das ciências naturais. A elite brasileira,

movida por interesses econômicos, priorizou o discurso sobre etnicidade que, na sua essência, colaborou para consolidar estereótipos e fortalecer preconceitos. Inspirando-se no imaginário português, colocou em pauta a “questão chinesa” centrada nas qualidades positivas e negativas dos asiáticos. Imigrantistas, republicanos e abolicionistas animavam a polêmica em busca do homem ideal para compor a nação brasileira: orientais ou ocidentais.

Sensível ao impasse, o jornalista francês Charles Ribeyrolles (1812-1860) não deixou de registrar, por volta de 1850, suas impressões preconceituosas sobre os chineses radicados na cidade do Rio de Janeiro:

“Quereis chineses ? Há-os aqui, negociando ou mendigando. E como esses filhos do céu são tristes, andrajosos, de olhar doentio e fala anasalada! Portugueses, ingleses, franceses, italianos, suíços, alemães, existe de tudo um pouco, mas portas das lojas, na Bolsa, nas calçadas, nos cafés. Morenos, louros, negros e pardos abundam. Caboclos puros são como abencerragens”

Espera-se colonizar com chineses, os coolies, os malaio e todas essas raças degeneradas do oriente, sorte de lepra humana? Já se experimentou a espécie do Celeste Império. Que produziu ela ? O Brasil, de resto, já está farto dessas famílias mescladas e bastardas que não constituem um povo. O que lhes falta é sangue, a atividades, a ciência da Europa”⁹.

Tais questões foram apuradas durante as sessões do I Congresso Agrícola ocorrido em 8 de julho de 1878. Unidos por interesses comuns, o governo brasileiro e os representantes da aristocracia rural se reuniram para discutir os “problemas do Brasil”. No entanto, este encontro serviu para colocar em evidência as questões levantadas pelos teóricos racialistas em evidência naquele momento. Dois temas entraram em cena – o crédito agrícola e a falta de braços para a lavoura – expressando a mentalidade que transitava entre o arcaico e o moderno. Estes homens dividiam o espaço político com os monarquistas, republicanos, imigrantistas e abolicionistas. Representando a província de São Paulo, estava Manoel Pereira de Souza Ararouca, assim definiu a realidade pautado no positivismo:

Nada de sábios, nada de theorias, (Apoiados, muito Bem). O paiz é de prática; o tempo é de acção e não de inacção e de fhrases (Muito Bem !). O paiz precisa de homens e não de idéias (Apoiados). O país precisa de realidade e não de phantasias. A época quer atravessamos é de positivismo. Tudo está vencido. Os achados de maravilhosa invenção

⁹ RIBEYROLLES, Charles, *O Brasil Pitoresco*. Belo Horizonte: Itatiaia; Edusp, 1980, vol.1, p. 207.

dos caminhos de ferro, do thelegrapho e igualmente de telephone trazem a este paiz grave e complexa mulplicidade de interesses”¹⁰.

Aceitar ou não os *chins* foi um dos temas instigantes do Congresso Agrícola. Para o Conselheiro Sinimbu, aceitar a mão de obra chinesa significava abrir mão de privilégios, dentre os quais a posse da terra:

Instrumento transitório de riqueza, ella operará entre nós a substituição do trabalho servil pelo trabalho livre, desbravará o terreno e abrirá os caminhos por onde a emigração da Europa ocorrerás mais tarde a disputar a posse do solo de nossa Pátria como o da terra da promessa do século próximo¹¹.

O grupo de São Paulo era favorável ao *chim* mas desde que este fosse considerado como um elemento transitório para uma nova situação: a da chegada do emigrante europeu. Moreira de Barros e Campos Sales, falando em nome da comissão “condenaram essa raça” como elemento da população. Em síntese: a comissão condenava a introdução a introdução oficial de trabalhadores asiáticos, postura que foi aplaudida por *slogans* de contestação. A idéia era de que o governo brasileiro deveria optar por uma política imigratória que favorecesse uma “colonização de raças mais aperfeiçoadas, privilegiando-se a importação de raças mais aperfeiçoadas, branca e livre. O negro deveria ser destacado como elemento racial negativo; e o Chim – que personifica a raça amarela – atenuaria a interferência negativa dos negros favorecendo o branqueamento da população brasileira.

O sucesso do ideal eugenista

Na década de 20, o racismo no Brasil foi incrementado com a assimilação das ideias eugenistas que, desde o início do século, circulavam pela Europa com grande sucesso. A Eugenia – nascida das teorias biológicas e principalmente da genética, subsidiada pelos os conhecimentos da Antropologia, Psicologia e Sociologia – apresentou-se como solução para os problemas

¹⁰ Congresso Agrícola Edição fac-similar dos *Anais do Congresso Agrícola*, Rio de Janeiro, 1878. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 130. Sobre este tema ver DEZEM, Rogério. *Matizes do “Amarelo”. A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo, Associação Editorial Humanitas; LEI; Fapesp, 2004.

¹¹ Idem, p. 125.

sociais brasileiros¹². Incrementado na Europa com as descobertas de Mendel em 1900 e com o nascimento da genética, este movimento prestou-se como modelo para um grupo de intelectuais brasileiros que defendiam programas oficiais que viessem a colaborar para a melhoria da espécie, estratégia válida para “civilizar” o país.

À Eugenia somou-se ao modismo de ser partidário do darwinismo social e da ideologia do arianismo. O discurso intolerante foi sendo também modelado pelos estudos de craneologia, frenologia, medicina legal e da higiene social que contribuíram para imortalizar no Brasil teóricos como Lombroso, Garófalo, Francis Galton, Sergio Sergi e Enrico Ferri. Suas obras ofereciam subsídios para a Antropologia Criminal que emergia como o único modelo científico apropriado ao “estranho fenômeno da criminalidade”¹³. Neste contexto de higienização e a medicalização da sociedade brasileira, a Escola Positiva e a Antropologia Criminal ganharam adeptos neste mundo que contestava o liberalismo, valorizava as práticas autoritárias e intervencionistas por parte do Estado¹⁴.

As obras teóricas dos criminalistas sociais e dos eugenistas europeus transformaram-se em paradigmas para os cientistas brasileiros. As referências bibliográficas identificadas em seus manuais e teses, são hoje testemunho de suas fontes inspiradoras. Dentre os autores mais citados pelos brasileiros eugenistas estavam: Van del Velve, autor de *El Matrimonio Perfecto*.

Estudio de su Fisiología y Su Técnica, publicado pela primeira vez em 1925¹⁵; G. Maraño, autor de *Tres Ensayos sobre La Vida Sexual*, cuja primeira edição data de 1926¹⁶ e Paolo Mantegazza, que publicou *Hygiene do Amor*¹⁷.

¹² BEIGUELMAN, B. “Genética, Ética e Estado” in: *Revista Brasileira de Ciências*, 20 (3), 1997, pp. 525-530.

¹³ *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito de Recife*, 1891: 34; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e KOSOY, Boris, “Imagens da repressão e da resistência: O Arquivo Fotográfico da Polícia Política Brasileira (1924-1983)”. Comunicação apresentada no II Congresso de Fotografia Latinoamericana. Centro de Extensión da Universidad Católica de Chile. Santiago do Chile, 22-24 noviembre, 2000.

¹⁴ DARMON, Pierre, *Médicos e Assassinos na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

¹⁵ Van del Velve, *El Matrimonio Perfecto. Estudio de su Fisiología y su Técnica* 2.^a ed. Madrid: Ed. Javier Morato, 1931.

¹⁶ G. Maraño, *Tres Ensayos Sobre la Vida Sexual*, cuja primeira edição data de 1926. 2.^a ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1934.

¹⁷ MANTEGAZZA, Paolo, *Hygiene do Amor*. Apud DEPINOTTI, Cláudio. *Páginas de Prazer*. Dissertação de Mestrado apresentada à UNICAMP, Campinas, 1999.

Com o acirramento do sentimento nacionalista, elemento promotor da busca de uma identidade nacional, uma série de questões vieram à tona exigindo a participação dos profissionais da Ciência. Interessava ao Estado republicano brasileiro o respaldo do discurso científico eugenista pois, as medidas higienistas até então adotadas mostravam-se insuficientes para reverter o quadro problemático que caracterizava a população brasileira. Doenças, vícios, prostituição e miséria apresentavam-se como malefícios que careciam da aplicação de uma lógica racional capaz de controlar os excessos característicos da vida moderna. A realidade exigia a elaboração de um projeto que, amparado nas leis da Biologia e coordenado pelo Estado, oferecesse regras moralizadoras e regeneradoras, garantindo o equilíbrio social e racial¹⁸.

A busca desta nova ordem colocou em evidência o médico e a mulher, cujos papéis sociais foram reformulados à luz da Ciência Eugênica. Teve início o processo de medicalização da sociedade que passou a ser avaliada como se fosse um corpo doente carente de diagnósticos adequados¹⁹. O médico ganhou novo status valorizado pelos seus conhecimentos científicos e capacidade de intervenção social. A mulher projetou-se como depositária natural do embrião que deveria garantir o futuro da nação, bandeira reaproveitada pelo movimento feminista que, na década de 20, encontrou nestes estudos respaldo científico para sua bandeira de luta contestatória²⁰. Caíram por terra muitos dos estudos que defendiam a inferioridade inata da mulher que, de acordo com os novos parâmetros científicos, passou a ser avaliada como uma possível matriz reprodutora de uma prole saudável e bonita²¹.

Diagnósticos foram reformulados pelos médicos eugenistas preocupados em racionalizar as relações matrimoniais tendo em vista a melhoria da raça. Manuais estrangeiros inspiravam suas propostas de profilaxia tendo em vista o papel da mulher na consolidação da família burguesa²².

¹⁸ FOUCAULT, Michel, *História da Sexualidade. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988; *Em defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999; *Les Anormaux. Cours au Collège de France (1974-1975)*. Paris: Gallimard, 1999; MAGALI, Meretrizes e Doutores: *Saber Médico e a Prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989; RAGO, Margareth, *Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991.

¹⁹ Sobre esta questão ver ANTUNES, J.L. *Medicina, Leis e Moral*. São Paulo: EDUNESP, 1999; MACHADO, Roberto, *A Danação da Norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978; COSTA, Jurandir Freire, *Ordem Médica, Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

²⁰ AUSTRAGÉSILO, A., *Perfil da Mulher Brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1923; e *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1946 (10 vol.); IRAJÁ, Hernani de, *Morfologia da Mulher: a Plástica Feminina no Brasil*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1933. Publicada também na Série Estudos Brasileiros sob o título *Sexualidade Perfeita: Hygiene dos Sexos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1933.

²¹ Um dos primeiros estudos nesta direção foi publicado por Tito Lívio de Castro, *A Mulher e a Sociogenia* (obra póstuma). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1889. Ao defender a educação feminina, este estudo tornou-se referência para alguns tratados médicos em prol da emancipação da mulher.

²² KLEIN, Viola, *The Feminine. Character: History and Ideology*. London: A. D. Lindsay, 1946.

A produção de mapeamentos sistemáticos se prestaram para demarcar a distribuição dos grupos raciais por todo o território nacional avaliados segundo suas especificidades. Tais iniciativas incentivaram o culto a um padrão de beleza dita “civilizada”, “ariana” e “cosmopolita”, assim como a adoção de estratégias preventivas por parte do Estado. Campanhas de esclarecimento foram programadas de forma a orientar a população sobre *como escolher um bom marido ou uma boa esposa*. O objetivo imediato era de transformar a população “degenerada” e “inativa” em uma massa homogênea, produtora e saudável, física e mentalmente ²³.

O papel social da mulher e do casamento foi reavaliado pelo saber médico preocupado em diagnosticar os problemas da vida moderna. A polêmica entre eugenistas e feministas foi alimentada pelas novas tendências assumidas pelas mulheres durante o período entreguerras: uso de maquiagem exagerada, fumar em público, roupas de banho ousadas, cabelos e saias curtos. As revistas femininas tiveram grande influência no rompimento dos padrões tradicionais colocando em cena, através de fotografias de moda e cinema, a imagem de mulheres esbeltas, esportistas, elegantes e irreverentes. Ao mesmo tempo, incentivava-se os cuidados com o corpo feminino que deveria irradiar saúde, beleza, altivez e agilidade, elementos valorizados pela prática da educação física e até mesmo, se necessário, pela cirurgia plástica. Foram adeptos destas idéias renomados intelectuais brasileiros como Fernando de Azevedo, Menotti Del Picchia, Afrânio Peixoto, dentre outros.

Com base nas teorias importadas da Europa e Estados Unidos, os eugenistas brasileiros – na sua maioria médicos e psiquiatras – sustentaram um discurso que tinha como ponto básico a diferença de raça, gênero e classe. A questão do gênero, por exemplo, foi uma constantes no discurso da purificação racial, considerando-se que a reprodução sexual garantiria a transmissão de componentes positivos (hereditários) às futuras gerações. Neste contexto foi fundada a *Sociedade Eugênica de São Paulo*, em 15 de janeiro de 1918, no salão nobre da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, a primeira instituição de Eugenia no Brasil e na América do Sul. Patrocinada pelo Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, Diretor da Faculdade de Medicina, teve em Renato Kehl²⁴ um dos seus principais divulgadores. Esta organização tinha como referência

²³ Estes parâmetros foram assimilados pelo governo Vargas que, a partir de 1930, endossou a biopolítica como forma de controle populacional visando a melhoria da espécie. ROMERO, Mariza, *Do Bom Cidadão às normas médicas em São Paulo (1889-1930)*. São Paulo. Monografia de Mestrado, USP, 1995; BIZZO, Nélío, “Eugenia: quando a biologia faz falta ao cidadão” In: *Caderno Pesquisa*. São Paulo, N.º 52, fev., 1995, p. 38; “Paradoxo Social-Eugênico, genes e ética” In: *Revista da USP*, N.º 12, 1995, pp. 28-37; PESSOA, Oswaldo Frota, “Quem tem medo da Eugenia?” In: *Revista da USP*, N.º 12, 1995, pp. 38-45.

²⁴ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A política biológica como projeto: a ‘eugenia negativa’ e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932). Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2006.

os modelos institucionais europeus atuantes desde o início do século: a *Eugenics Education Society*, criada em 1909 por Francis Galton, na Inglaterra; a *Société Française d'Eugénique*, fundada em 1913, na França; a *Deutsche Gesellschaft für Rassenhygiene*, sediada em Munique desde 1905.

Passou a existir uma articulação entre o discurso eugênico e o Estado, inserindo de forma mais ampla, a interferência dos médicos eugenistas no projeto de construção nacional. Michel Foucault, em seus ensaios “A governabilidade” e “O nascimento da medicina social”, procura mostrar como a medicina alcançou cientificidade atuando frente ao corpo social. Ao seu ver o controle da sociedade sobre os indivíduos “não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, *com o corpo*. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política”.²⁵

Cabe ressaltar que a imagem da família, atrelada à figura da mulher e do lar, ocupavam lugar privilegiado no discurso médico eugenista, prestando-se para fortalecer a necessidade da implantação de uma política racial intervencionista. Apelava-se para o espírito de medo e insegurança que rondava o imaginário coletivo. Estruturou-se um discurso médico rico em significados e que, por sua vez, estreitava os limites entre o biológico e o social. Noções de gênero e de raça foram inseridas no discurso biosocial com o intuito de promover o desenvolvimento das espécies humanas. Analogias apontavam os negros, os pobres, as prostitutas, os criminosos, os japoneses e os judeus como os responsáveis pelas doenças degenerativas e epidemias classificando-os numa escala racial inferior.

A Eugenia prestava-se, portanto, como matriz ideológica adequada à interferência no mundo social definindo, com base científica, o conceito de raça pura e impura, perfeitos e imperfeitos, capazes e incapazes²⁶. Ao nível do imaginário coletivo, tais idéias configuravam a imagem de uma sociedade organizada em torno de antíteses que classificavam os cidadãos como “bons” ou

²⁵ Foucault, Michel. “A governabilidade”; “O nascimento da Medicina Social” in: *Microfísica do Poder*, 5.ª ed. Rio de Janeiro, 1979, pp. 280-281.

²⁶ A partir destas categorias de análise tornava-se possível legitimar certas relações de poder e de dominação. Em 1929 realizou-se no Brasil o *Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia* tendo como presidente o antropólogo Edgar Roquete Pinto. Como defensores da teoria “degeneracionista da mestiçagem”, os participantes propunham a aplicação de uma política eugenista radical. Este grupo de eugenistas defendia em seus escritos um padrão para tudo e para todos, tendo por configuração a idéia de unidade reaproveitada, nos anos 30 e 40, pelo discurso estadonovista. REIS, José Roberto Francisco, *Higiene mental e Eugenia: O Projeto Nacional da Liga Brasileira de Higiene Mental* (1920-1950). Dissertação de Mestrado. Campinas/Unicamp, 1994; ALVES, José Gerônimo de Alencar, *A Raça como Objeto de Estudo. A Ciência, os Projetos Implantados em seu Nome (1920-1950)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo/USP, 1988.

“maus”, visto que toda vida orgânica supõe hierarquia. Este pressuposto, segundo a historiadora Eliana Dutra, teria criado condições para gerar na sociedade brasileira dos anos 30 “uma disposição totalitária” cujo discurso sustentava a imagem de uma sociedade indivisa e coesa. Pairava no ar o medo, a ameaça de “despedaçamento social”, situação a ser evitada através de um programa de purificação da população²⁷.

Na opinião de Belisário Penna, autor do livro *Saneamento do Brasil* (1918) e membro permanente da Comissão Central de Eugenia, a abolição havia desestabilizado a sociedade, até então estável e produtiva. Os negros – classificados como “indivíduos ignorantes e brancos” – haviam se espalhado em todas as direções, entregues “sem peias ao álcool e às orgias, sem a mais ligeira noção de higiene...”²⁸. Enfim, a solução estava na implantação de um programa eugenista que, através da ingerência do Estado, iria garantir o processo de branqueamento da população brasileira. Estas idéias abriram caminho para a proliferação de um pensamento autoritário, xenófobo e nacionalista que, na década de 1930, encontrou adeptos junto ao Estado governado por Getúlio Vargas.

²⁷ Dutra, Eliana, *O Ardil Totalitário. Imaginário Político no Brasil dos Anos 30*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997, pp. 43-44.

²⁸ PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro, Jacintho Ribeiro dos Santos, 1918, p. 15.

Fontes

AUSTRAGÊSILO, A., *Perfil da Mulher Brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1923.

_____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1946 (10 vol.).

BEIGUELMAN, B. “Genética, Ética e Estado” in: *Revista Brasileira de Ciências*, 20 (3), 199.

In: *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito de Recife*, 1891.

CASTRO, Tito Lívio de, *A Mulher e a Sociogenia*. (obra póstuma). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1889.

Congresso Agrícola Edição fac-similar dos Anais do Congresso Agrícola, Rio de Janeiro, 1878.

Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

DUTRA, Eliana, *O Ardil Totalitário. Imaginário Político no Brasil dos Anos 30*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

IRAJÁ, Hernani de, *Morfologia da Mulher: a Plástica Feminina no Brasil*. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1933. Publicada também na Série Estudos Brasileiros sob o título *Sexualidade Perfeita: Higiene dos Sexos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1933.

KLEIN, Viola, *The Feminine. Character: History and Ideology*. London: A. D. Lindsay, 1946.

MARAÑONG, Marañon, *Tres Ensayos sobre La Vida Sexual*, cuja primeira edição data de 1926. 2.ª ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1934.

MANTEGAZZA, Paolo, *Higiene do Amor*. Apud DE PINOTTI, Claudio. *Páginas de Prazer*. Dissertação de Mestrado apresentada à UNICAMP, Campinas, 1999.

PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro, Jacintho Ribeiro dos Santos, 1918.

RIBEYROLLES, Charles (1812-1860): *O Brasil Pitoresco*. Belo Horizonte: Itatiaia; Edusp, 1980.

VAN DEL VELVE, *El Matrimonio Perfecto. Estudio de su Fisiología y su Técnica*, 2.ª ed. Madrid: Ed. Javier Morato, 1931.

Bibliografia

- ALVES, José Gerônimo de Alencar, *A Raça como objeto de estudo. A Ciência, os projetos implantados em seu nome (1920-1950)*. Monografia de Mestrado. São Paulo/USP, 1988.
- ANTUNES, J. L. *Medicina, Leis e Moral*. São Paulo: EDUNESP, 1999.
- BIZZO, Nélío, "Eugenia: quando a biologia faz falta ao cidadão" In: *Caderno Pesquisa*. São Paulo, N.º 52, fev., 1995.
- COSTA, Jurandir Freire, *Ordem Médica, Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, *Preconceito Racial em Portugal e Brasil Colônia*. 3.ª ed. São Paulo, Perspectiva, 2004.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e KOSSOY, Boris, "Imagens da Repressão e da Resistência: O Arquivo Fotográfico da Polícia Política Brasileira (1924-1983)". Comunicação apresentada no *II Congresso de Fotografia Latinoamericana*. Centro de Extensión da Universidad Católica de Chile. Santiago do Chile, 22-24 noviembre, 2000.
- MARTINS, Wilson, *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, Cultrix; Edup, 1977-1978, Vol. III.
- DEZEM, Rogério, *Matizes do "Amarelo": A Gênese dos Discursos sobre os Orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo, Associação Editorial Humanitas; LEI; Fapesp, 2004.
- DARMON, Pierre, *Médicos e Assassinos na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.
- ENGEL, Magali G., *Meretrizes e Doutores: Saber Médico e Prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FOUCAULT, Michel, *História da Sexualidade. A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Les Anormaux. Cours au Collège de France (1974-1975)*. Paris: Gallimard, 1999.
- MACHADO, Roberto, *A Danação da Norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- PESSOA, Oswaldo Frota, "Quem tem medo da Eugenia?" *Revista da USP*, N.º 12, 1995, pp. 38-45.
- RAGO, Margareth, *Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991.

- REIS, José Roberto Francisco, *Higiene Mental e Eugenia: o Projeto nacional da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1950)*. Dissertação de Mestrado. Campinas/Unicamp, 1994.
- ROMERO, Mariza, *Do Bom Cidadão às normas médicas em São Paulo (1889-1930)*. São Paulo. Dissertação de Mestrado, USP, 1995.
- SCHWARCZ, Lília M., *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de, *A política biológica como projeto: a 'eugenia negativa' e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2006.
- TODOROV, Tzvetan, *Nós e os Outros: A Reflexão Francesa sobre a Diversidade Humana.1* Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.